PROCURADOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **60** questões com quatro alternativas identificadas pelas letras **A, B, C** e **D** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração: ○●○○
  Atenção: Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva.** A não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

TEMPO DE PROVA:

- A prova terá duração máxima de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início.**
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término.** Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Ao final da aplicação, deverão permanecer na sala 3 (três) pessoas, sendo obrigatoriamente no mínimo 2 (dois) candidatos, até que o último candidato conclua sua prova.

1		7		13		19		25		31		37		43		49		55	
2		8		14		20		26		32		38		44		50		56	
3		9		15		21		27		33		39		45		51		57	
4		10		16		22		28		34		40		46		52		58	
5		11		17		23		29		35		41		47		53		59	
6		12		18		24		30		36		42		48		54		60	

RASCUNHO

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 6.

O papel das cores nas aranhas

Quando se fala de coloração animal, provavelmente os exemplos mais populares são camaleões, que mudam de cor e se camuflam, ou aves que fazem danças exuberantes. Mas, quando o assunto são aranhas, é pouco provável que a cor delas seja a primeira característica que venha à mente.

No entanto, há muitos exemplos de aranhas com cores chamativas (ao menos, aos nossos olhos) e com funções fantásticas. Essas colorações podem, por exemplo, atrair presas, evitar predação, chamar a atenção de parceiros e controlar a temperatura corporal.

Algumas espécies de aranha da família Araneidae, que dependem de os insetos ficarem presos em suas teias para se alimentarem, são amarelas.

Essa característica levou os cientistas a se questionarem sobre o porquê de essas espécies terem essa cor. Principal hipótese: essa coloração imita a cor de flores, atraindo, assim, insetos polinizadores, os quais, de longe, não são capazes de diferenciar a aranha de uma flor.

Resultado: o inseto acaba caindo na teia e virando alimento para a aranha.

Então, ter coloração amarela seria uma estratégia evolutiva de aranhas que imitam flores? Nem sempre. Talvez, isso possa ajudá-las a não serem vistas por suas presas. Soa estranho, não? Afinal, amarelo é uma cor chamativa na natureza, e estamos acostumados a associar camuflagem a cores mais apagadas ou escuras, como um padrão esverdeado, cinza ou marrom.

Estratégias de camuflagem não são definidas por cores específicas, mas, sim, pela semelhança de cor entre o corpo do animal e o local onde ele se encontra. Seja em folhas (decompostas ou não) ou galhos, seja em frutos ou flores, animais camuflados diminuem a chance de serem vistos tanto por suas presas quanto seus predadores, por se assemelharem a algum desses 'fundos'.

Aranhas da família Thomisidae, por exemplo, ficam em flores de diferentes cores e podem mudar de coloração conforme o local onde estão. Mas essa alteração ocorre lentamente, podendo levar dias. Na França, em 2002, pesquisadores, por meio de estimativas matemáticas, viram que aranhas da espécie Thomisus onustus, nativas da Eurásia e África, podiam se camuflar em flores de cor rosa, minimizando a probabilidade de detecção por aves que as predam, e essa observação também vale para aranhas amarelas em flores amarelas.

https://cienciahoje.org.br/artigo/o-papel-das-cores-nas-aranhas/

Questão 01

(Correta: A)

Com base no significado das palavras no contexto, analise as afirmativas a seguir:

I.No trecho 'a cor delas seja a primeira característica que venha à mente', a palavra 'característica' poderia ser substituída por 'atributo' sem alteração relevante de sentido, configurando relação de sinonímia contextual.

II.No trecho 'estamos acostumados a associar camuflagem a cores mais apagadas ou escuras', o adjetivo 'apagadas' é empregado em sentido denotativo, referindo-se à extinção literal de uma fonte de luz.

III.No trecho 'aranhas... podiam se camuflar em flores de cor rosa, minimizando a probabilidade de detecção', o verbo 'minimizar' mantém relação de antonímia com 'maximizar'.

IV.No trecho 'Soa estranho, não?', o vocábulo 'soa' exemplifica palavra polissêmica, pois pode adquirir valor distinto de acordo com o contexto, como em 'O atleta soa muito durante o treino'.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas.

(A) I e III, apenas.
(B) I, II, III e IV.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) II e IV, apenas.

Questão 02

(Correta: B)

"Aranhas da família Thomisidae, por exemplo, ficam em flores de diferentes cores e podem mudar de coloração conforme o local onde estão. Mas essa alteração ocorre lentamente, podendo levar dias. Na França, em 2002, pesquisadores, por meio de estimativas matemáticas, viram que aranhas da espécie Thomisus onustus, nativas da Eurásia e África, podiam se camuflar em flores de cor rosa, minimizando a probabilidade de detecção por aves que as predam, e essa observação também vale para aranhas amarelas em flores amarelas."

Considerando os mecanismos de coesão e coerência, marque com V as afirmativas verdadeiras ou com F as falsas.

(__)A expressão 'essa alteração' constitui um mecanismo de coesão referencial, pois retoma e sintetiza o processo de mudança de coloração mencionado na oração anterior, referente às aranhas da família Thomisidae.

(__)O pronome relativo 'que', em 'aves que as predam', exerce função anafórica ao retomar o substantivo 'aves', estabelecendo, na oração subordinada adjetiva, a relação sujeito-predicado em que 'aves' pratica a ação de predar.

(__)A expressão 'essa observação', ao final do trecho, retoma prioritariamente o procedimento metodológico empregado pelos pesquisadores, as estimativas

matemáticas.

(__)No trecho 'podem mudar de coloração', há elipse de forma nominal, recuperável a partir da oração anterior, à qual se liga pela conjunção coordenativa 'e'.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo.

(A) F, F, V, V.
(B) V, V, F, V.
(C) F, F, V, F.
(D) V, V, F, F.

Questão 03

(Correta: D)

Com base nas informações veiculadas no texto, julgue as afirmativas a seguir:

I.Depreende-se do texto que a associação, frequente no imaginário popular, entre camuflagem e cores apagadas ou escuras não encontra respaldo necessário nos mecanismos reais que definem esse tipo de estratégia na natureza.

II.Segundo o texto, a mudança de coloração observada em aranhas da família Thomisidae ocorre de forma comparável, em termos de velocidade, à mudança de cor característica dos camaleões mencionados no início do texto.

III.O estudo realizado na França em 2002, mencionado no texto, permite estender a mesma lógica de camuflagem observada em aranhas de coloração rosa para o caso de aranhas amarelas situadas sobre flores da mesma cor.

IV.A presença de cores chamativas não impede, necessariamente, que um animal esteja camuflado.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas.

(A) I, II, III, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.

Questão 04

(Correta: A)

"Talvez, isso possa ajudá-las a não serem vistas por suas presas."

O emprego do hífen segue justificativas distintas. No trecho, por exemplo, foi empregado para ligar o verbo ao pronome. Com base no emprego do hífen em palavras compostas, complete as lacunas a seguir:

"Assim como as aranhas Thomisus onustus se camuflam em flores___, outros animais recorrem a estratégias semelhantes de mimetismo cromático. A___, por exemplo, embora não dependa de camuflagem para caçar, apresenta padrões de coloração que variam conforme o habitat costeiro em que se encontra. Já certas aranhas de tonalidade___ parecem se beneficiar de uma leve semelhança com folhas secas ou frutos maduros, reduzindo a detecção por predadores. Pesquisadores que estudam esses fenômenos frequentemente recorrem a___ teórica mais ampla, a ecologia comportamental, para compreender por que essas colorações evoluíram de formas tão diversas entre as espécies."

Assinale a alternativa que apresenta a sequência que preenche corretamente as lacunas acima.

(A) cor-de-rosa; andorinha-do-mar; cor de vinho; supraestrutura
(B) cor de rosa; andorinha-do-mar; cor de vinho; supra-estrutura
(C) cor-de-rosa; andorinha-do-mar; cor-de-vinho; supraestrutura
(D) cor de rosa; andorinha do mar; cor de vinho; supra-estrutura

Questão 05

(Correta: A)

"Essa característica levou os cientistas a se questionarem sobre o porquê de essas espécies terem essa cor."

Considerando a regência do verbo 'levar', no trecho em análise, julgue as afirmativas a seguir:

I.O verbo 'levar' apresenta regência transitiva direta, sendo 'os cientistas' o complemento verbal exigido pela construção, ao passo que a sequência 'a se questionarem sobre o porquê de essas espécies terem essa cor' constitui oração subordinada adverbial final, indicando a finalidade da ação expressa pelo verbo.

PORQUE

II.Orações introduzidas pela preposição 'a' seguida de verbo no infinitivo exercem função de adjunto adverbial de finalidade quando vinculadas a verbos de sentido causativo ou indutivo, como ocorre com 'levar' no sentido de motivar alguém a uma ação.

A respeito das asserções, assinale a alternativa correta.

(A) As asserções I e II são falsas.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(C) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(D) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

Questão 06

(Correta: A)

"No entanto, há muitos exemplos de aranhas com cores chamativas (ao menos, aos nossos olhos) e com funções fantásticas."

Considerando as regras de concordância, analise as reescritas a seguir e assinale a alternativa que apresenta erro de concordância.

(A) No entanto, devem haver muitos exemplos de aranha com cor chamativa (ao menos, aos nossos olhos) e com função fantástica.
(B) No entanto, existe exemplo de aranhas e de insetos com cores chamativas (ao menos, aos nossos olhos) e com funções fantásticas.
(C) No entanto, a maioria das aranhas com cores chamativas (ao menos, aos nossos olhos) e com funções fantásticas existe.
(D) No entanto, existem muitos exemplos de aranhas com cores chamativas (ao menos, aos nossos olhos) e com funções fantásticas.

Direito Constitucional

Questão 07

(Correta: D)

No setor de consultoria jurídica de um Município, o procurador recebeu um processo administrativo referente às atribuições institucionais e prerrogativas do Poder Executivo local. Ao analisar a matéria, verificou a necessidade de examinar a Constituição Federal. Considerando os preceitos constitucionais, analise as assertivas:

I.O texto constitucional determina que o Município reger-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de cinco dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

II.A Constituição Federal estabelece expressamente que o Prefeito será julgado perante o Tribunal de Justiça.

III.A Lei Orgânica municipal tem como um de seus preceitos a organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.

Assinale a alternativa que indica corretamente a análise dos itens acima.

(A) Apenas o item II está correto.
(B) Apenas o item I está correto.
(C) Apenas os itens I e III estão corretos.
(D) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 08

(Correta: C)

No âmbito do controle de constitucionalidade, o estudo dos mecanismos destinados a combater a omissão inconstitucional decorrente da ausência de norma regulamentadora é fundamental para garantir a eficácia dos direitos previstos na Lei Maior. Analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)No caso de inconstitucionalidade por omissão de órgão administrativo municipal, a Constituição Federal estabelece que as providências necessárias devem ser adotadas no prazo de noventa dias.

(__)No mandado de injunção, uma vez reconhecida a mora legislativa, o julgador dará ciência ao órgão competente para emanação da norma regulamentadora.

(__)Os Estados podem criar o controle de omissão em face da Constituição Estadual, sendo permitido concentrar a legitimidade para propor a ação exclusivamente nas mãos do Procurador-Geral de Justiça.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, V, F.
(B) F, F, V.
(C) F, V, F.
(D) V, F, V.

Questão 09

(Correta: A)

Considerando a autonomia dos Municípios e os limites constitucionais à elaboração e alteração das Leis Orgânicas Municipais, assinale a alternativa correta.

(A) É considerada inconstitucional eventual previsão de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça para Vereadores ou Secretários Municipais contida na Lei Orgânica Municipal.
(B) A imunidade material dos vereadores impede a sua responsabilização civil ou criminal por manifestações proferidas em suas redes sociais privadas.
(C) A Lei Orgânica Municipal qualifica-se juridicamente como uma Constituição Local de terceiro grau, possuindo autonomia para criar direitos fundamentais novos e mitigar aqueles já existentes.
(D) É legítimo que a Lei Orgânica institua a prerrogativa de inamovibilidade e vitaliciedade aos Procuradores Municipais que sejam aprovados em concursos públicos de provas e títulos, por simetria aos membros da Magistratura e do Ministério Público.

Questão 10

(Correta: D)

À luz dos princípios constitucionais da ordem econômica, do regramento da livre concorrência e das prerrogativas municipais de intervenção no ordenamento urbano, assinale a alternativa correta.

(A) Com esteio na autonomia urbanística, o plano diretor municipal pode restringir o número máximo de farmácias e drogarias por bairro com base no número de habitantes, por se tratar de matéria de interesse local e de organização do espaço urbano.
(B) O Supremo Tribunal Federal admite a imposição edilícia de limitação de distância entre postos de combustíveis por motivos econômicos e de proteção de mercado regional contra grandes redes.

(C) A fixação de horário de funcionamento do comércio local por lei municipal é inconstitucional, uma vez que invade o poder de polícia da União e dos Estados para normatizar o direito do trabalho.

(D) Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo, fixando distâncias mínimas entre eles.

Questão 11

(Correta: B)

No tocante ao cabimento da Reclamação Constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em face de atos expedidos pela Administração ou pelo Judiciário local, assinale a alternativa correta.

(A) A nomeação de irmão do Prefeito para o cargo de Secretário Municipal de Administração configura nepotismo, independentemente das funções técnicas associadas à pasta.

(B) É cabível o ajuizamento de Reclamação diretamente ao STF contra ato da Administração Municipal que configure a prática de nepotismo.

(C) Eventual lei editada pela Câmara de Vereadores que confronte a orientação de uma Súmula Vinculante pode ser impugnada por qualquer cidadão do município por meio de Reclamação Constitucional.

(D) Para a propositura de Reclamação Constitucional em face de ato administrativo municipal que desrespeite súmula vinculante, prescinde-se do esgotamento das vias administrativas ordinárias locais.

Questão 12

(Correta: D)

Prefeito do Município Alfa recebeu da Câmara Municipal, para fins de sanção ou veto, uma série de autógrafos de projetos de lei, todos de autoria parlamentar. O primeiro projeto impõe a obrigatoriedade de a Guarda Municipal realizar patrulhas diárias específicas no entorno das escolas, exigindo a reestruturação das escalas da Secretaria de Segurança. O segundo projeto concede isenção de IPTU para imóveis que foram severamente atingidos pelas chuvas do último verão. Diante da dúvida sobre os limites de atuação do Poder Legislativo e os vícios de iniciativa, o Chefe do Executivo solicita um parecer à Procuradoria-Geral do Município (PGM). Considerando o processo legislativo constitucional e a adequada divisão de competências legislativas e administrativas, assinale a afirmativa que apresenta a correta orientação jurídica a ser respondida pela PGM:

(A) As leis municipais que versem sobre matéria tributária, como a concessão de isenções do IPTU, são de iniciativa exclusiva do Prefeito.

(B) A criação de novas atribuições para a Guarda Municipal, por tratar de matéria de segurança pública urbana e proteção de bens locais, é de iniciativa concorrente entre o Poder Executivo e os membros da Câmara de Vereadores.

(C) O vício de iniciativa de uma lei editada pela Câmara de Vereadores fica integralmente sanado caso o Prefeito sancione o projeto de lei aprovado.

(D) Padecem de inconstitucionalidade formal as leis de iniciativa parlamentar que criam atribuições, deveres ou imponham obrigações que gerem novos gastos para órgãos da Guarda Municipal ou para Secretarias do Poder Executivo, por invasão da iniciativa reservada do Prefeito.

Questão 13

(Correta: D)

Situação Hipotética: O Município Beta, inserido no território do Estado Alfa, atravessa uma crise institucional sem precedentes em sua história administrativa. Relatórios emitidos pela Controladoria Geral do Estado e pelo Ministério Público apontam para a existência de um esquema generalizado de corrupção passiva operado na cúpula do Poder Executivo municipal, com o suposto envolvimento direto do Prefeito.

Como reflexo da paralisia administrativa, a prefeitura descumpriu uma ordem judicial definitiva exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa, em sede de mandado de segurança coletivo impetrado pelo sindicato dos servidores locais, que determinava o imediato pagamento de verbas salariais atrasadas, sob pena de crime de desobediência. Sob forte pressão da opinião pública e diante de representações formais protocoladas por parlamentares estaduais da oposição, o Governador do Estado passou a analisar a viabilidade e os ritos de uma eventual decretação de intervenção estadual no referido Município.

O Prefeito, desafeto político do Governador, afirma tratar-se de mera perseguição política e, diante disso, busca orientações jurídicas junto à Procuradoria do Município. Considerando o complexo cenário hipotético narrado, o processo legislativo e o regime das competências federativas na Constituição Federal, assinale a afirmativa que apresenta o correto parecer jurídico a ser oferecido.

(A) O Governador do Estado pode decretar, de maneira fundamentada, a intervenção no Município caso efetivamente identifique esquema generalizado de corrupção passiva operado na cúpula do Poder Executivo municipal, com o suposto envolvimento direto do Prefeito.

(B) Eventual descumprimento do dever municipal de aplicar o mínimo constitucional de receitas nas ações de saúde e desenvolvimento do ensino autorizaria a intervenção estadual imediata e direta do Governador.

(C) Em caso de ocorrer a intervenção, cessados os motivos que a ensejaram, o Prefeito e os Vereadores eventualmente afastados ficariam impedidos de retornar aos seus cargos, devendo o interventor convocar novas eleições no prazo de trinta dias.

(D) A intervenção estadual motivada pelo descumprimento de ordem ou decisão judicial pelo Município depende de prévia requisição do Tribunal de Justiça Alfa, dispensando-se, nesse caso, o controle político ou aprovação prévia pela Assembleia Legislativa.

Questão 14

(Correta: D)

No âmbito da organização federativa e da repartição de competências constitucionais, o gestor de saúde pública municipal foi designado para estruturar o planejamento de atendimento da rede local, a fim de orientar os novos servidores sobre as diretrizes constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)A competência material administrativa para cuidar da saúde e da assistência pública é privativa da União, sendo vedada a atuação direta dos Municípios sem prévia delegação legislativa.

(__)Compete expressamente aos Municípios prestar serviços de atendimento à saúde da população, contando para isso com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

(__)As ações e os serviços públicos de saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada são organizados de forma centralizada, sob a direção exclusiva do Ministério da Saúde em todas as esferas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, V, F.
(B) V, F, F.
(C) V, F, V.
(D) F, V, F.

Direito Administrativo

Questão 15

(Questão anulada)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao analisar as contas anuais apresentadas pelo Prefeito do Município relativas ao exercício financeiro anterior, constatou graves irregularidades na aplicação de verbas da saúde, configurando desvio de finalidade por atos diretos do Chefe do Executivo na condição de ordenador de despesas. Paralelamente, a Corte de Contas identificou ilegalidades insanáveis em um contrato administrativo de coleta de lixo vigente no município. Diante desses achados, o Prefeito procurou a sua procuradoria para o esclarecimento de dúvidas. Assinale a alternativa correta.

(A) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas de governo do Prefeito possui caráter vinculante, deixando de prevalecer apenas por decisão unânime dos membros da Câmara Municipal.
(B) O Prefeito que atua como ordenador de despesas pode ter suas contas de gestão julgadas definitivamente pelo Tribunal de Contas, ensejando sua inelegibilidade após o trânsito em julgado.
(C) Compete exclusivamente à Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito, sejam de governo ou de gestão, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio.
(D) O Tribunal de Contas do Estado detém competência constitucional para anular diretamente contratos administrativos municipais eivados de ilegalidade, expedindo ordem de rescisão imediata ao Prefeito sob pena de crime de responsabilidade.

Questão 16

(Correta: C)

Em relação às licitações e aos contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021) e seus procedimentos auxiliares, analise as afirmações a seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

(__)O credenciamento é um procedimento auxiliar de licitação adequado para contratações em que a Administração convoca todos os interessados que preencham os requisitos do edital, sendo vedado o direcionamento de demanda.

(__)Os órgãos e entidades que não participaram do procedimento público de intenção de registro de preços podem, eventualmente, aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

(__)O prazo de validade da ata de registro de preços é de no máximo 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) V, F, F.
(B) V, F, V.
(C) V, V, F.
(D) F, V, V.

Questão 17

(Correta: A)

Acerca do regime dos atos administrativos e seus limites de invalidação e sanatória, considere V para verdadeiro e F para falso:

(__)Se o vício for de competência em razão da pessoa e a matéria não for de exclusividade legal, o ato é convalidável, retroagindo os seus efeitos (efeito ex tunc).

(__)O vício de competência em razão da matéria

praticado por Assessor Jurídico municipal ao emitir parecer vinculante privativo do Procurador-Geral pode ser integralmente convalidado, desde que a autoridade competente ratifique o ato sem prejuízo a terceiros.

(__)A teoria dos motivos determinantes vincula a validade do ato à verdade e à subsistência dos motivos invocados. Se o motivo é falso ou inexistente, o ato é nulo e não comporta convalidação, pois o defeito é essencial e insanável.

(__)A convalidação de ato administrativo municipal eivado de vício de competência opera efeitos ex nunc, preservando os efeitos pretéritos e regularizando a situação jurídica a partir da publicação do ato sanador.

(__)O ato administrativo com vício de competência decorrente de usurpação de função pública por particular pode ser convalidado pelo Procurador-Geral do Município por meio de ratificação expressa, tendo em vista o princípio da autotutela.

Assinale a alternativa que corretamente indica a sequência, de cima para baixo.

(A) V, F, V, F, F.
(B) F, F, V, F, V.
(C) F, F, F, V, V.
(D) V, V, F, V, F.

Questão 18

(Correta: C)

O Município de Nova Esperança, visando modernizar a fiscalização e a gestão das atividades comerciais urbanas, decide estruturar uma Parceria Público-Privada (PPP). No projeto de modelagem do edital, a administração municipal incluiu cláusulas que transferem ao parceiro privado tanto a fiscalização direta das posturas municipais quanto a aplicação de sanções decorrentes de infrações. Diante do panorama que rege o Poder de Polícia, assinale a alternativa correta.

(A) O fato gerador dos impostos municipais é o exercício regular do poder de polícia sobre as atividades comerciais do particular.
(B) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando praticado com abuso ou desvio de poder, desde que a motivação do agente vise ao interesse público.
(C) É vedada a delegação do exercício do poder de polícia ao parceiro privado no âmbito das parcerias público-privadas.
(D) Os atos de caráter normativo decorrentes do poder de polícia municipal podem ser livremente delegados a outros órgãos ou entidades.

Questão 19

(Correta: C)

Sobre as formas de intervenção do Estado na propriedade, especificamente acerca do tombamento e das limitações administrativas, analise as afirmativas a seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

(__)O tombamento municipal, como regra, não gera dever de indenizar.

(__)O tombamento de imóvel privado promovido por decreto do Chefe do Executivo municipal transfere a propriedade do bem ao patrimônio público do Município, restando ao proprietário o direito de pleitear indenização.

(__)A limitação administrativa e a servidão administrativa não se confundem. Enquanto a primeira não gera para o particular o direito de receber indenização, já que é de caráter geral, abstrato e indeterminada; a segunda é um direito real sobre coisa alheia, de caráter individualizado, razão pela qual gera direito à indenização se houver prejuízo.

(__)É nulo o tombamento municipal realizado sobre bens que já tenham sido objeto de limitação administrativa urbanística anterior, haja vista o bis in idem, ou seja, a cumulação de institutos interventivos sobre o mesmo imóvel privado.

Assinale a alternativa que corretamente indica a sequência, de cima para baixo.

(A) F, V, F, V.
(B) F, V, V, V.
(C) V, F, V, F.
(D) V, V, F, F.

Questão 20

(Correta: A)

No tocante aos serviços públicos e ao regime das Parcerias Público-Privadas (PPP), analise as assertivas abaixo:

I.O contrato de parceria público-privada deve prever uma matriz com a repartição de riscos entre as partes, sendo lícito ao Município prestar garantias ao parceiro privado mediante a vinculação de receitas de impostos, observadas as restrições constitucionais.

II.Nas concessões patrocinadas celebradas pela Administração Municipal, o valor das tarifas cobradas dos usuários pode cobrir integralmente os custos do parceiro privado, caso em que se torna dispensável qualquer aporte de recursos públicos pelo ente concedente.

III.Os contratos de parceria público-privada municipais possuem prazo de vigência predeterminado em lei, devendo estar compreendidos no intervalo estrito de no mínimo 5 anos e no máximo 30 anos, incluídas eventuais prorrogações.

Assinale a alternativa que corretamente indica quais itens estão corretos:

(A) Apenas o item I está correto.
(B) Apenas o item I e III estão corretos.
(C) Apenas o item II e III estão corretos.
(D) Apenas o item II está correto.

Questão 21

(Correta: A)

Mário, servidor público estável do Município, passou a ser investigado criminalmente pela suposta prática do crime de corrupção passiva. No âmbito dessa investigação penal, o juízo criminal competente autorizou a realização de interceptações telefônicas, que colheram indícios robustos de que Mário solicitava vantagens indevidas para agilizar a liberação de alvarás. Ciente dos fatos, a Administração Municipal instaurou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o servidor por meio de uma portaria que apenas indicava o nome do acusado, sua matrícula e a comissão processante, sem detalhar minuciosamente as condutas ou capitular juridicamente a infração. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta.

(A) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da descrição detalhada dos fatos imputados ao servidor e é lícita a utilização de prova emprestada de interceptação telefônica produzida em sede de investigação criminal, desde que autorizada judicialmente.

(B) A utilização de prova emprestada decorrente de interceptação telefônica criminal em sede de PAD municipal é vedada em razão do contraditório e da ampla defesa e da independência das instâncias.

(C) Sob pena de nulidade absoluta por cerceamento de defesa, a portaria inaugural do PAD municipal deve conter a tipificação exata da infração funcional e a descrição minuciosa de todas as condutas atribuídas ao servidor investigado.

(D) Diante da instauração do PAD, Mário deverá se defendido por advogado ou Defensor Público. Eventual falta de defesa técnica constituída no processo administrativo disciplinar é capaz de ensejar a nulidade de todo o procedimento punitivo por cerceamento de defesa e violação ao contraditório efetivo.

Questão 22

(Correta: A)

No que diz respeito à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) no âmbito da Administração Pública e ao tratamento de dados pessoais para o cumprimento de finalidades públicas e institucionais, assinale a alternativa correta.

(A) O tratamento de dados pessoais de contribuintes pode ocorrer para fins de fiscalização urbanística e cobrança de IPTU, desde que amparado na execução de políticas públicas e atribuições legais do Município.

(B) As penalidades de multa pecuniária previstas no art. 52 da LGPD podem ser aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em face do Município em caso de vazamento de dados de natureza fiscal.

(C) A Administração Pública municipal submete-se integralmente ao regime geral da LGPD, sendo obrigatória a obtenção de consentimento prévio, antes de qualquer compartilhamento de dados entre os órgãos internos da prefeitura.

(D) Em razão do princípio da publicidade administrativa, os dados dos contribuintes municipais guardados em bancos de dados fiscais são considerados de livre acesso ao público em geral, independentemente de anonimização.

Direito Processual Civil e Direito Civil

Questão 23

(Correta: C)

Situação Hipotética: O Município Beta passa por severo descompasso em seu fluxo de caixa, o que gerou o represamento de diversas obrigações decorrentes de condenações judiciais transitadas em julgado. Diante do cenário de crise, a Procuradoria do Município foi acionada para intervir e emitir manifestação em dois procedimentos distintos que tramitam perante o Poder Judiciário estadual.

No primeiro caso, que tramita perante a Presidência do Tribunal de Justiça local, credores de precatórios alimentares regulares requereram a medida extrema de sequestro de verbas das contas correntes da municipalidade sob o argumento exclusivo de que o remanejamento orçamentário global do Poder Executivo reduziu a dotação genérica inicialmente prevista para a pasta de pagamentos judiciais, embora a ordem cronológica estivesse sendo formalmente mantida.

Por fim, no segundo caso, em sede de cumprimento de sentença de uma obrigação enquadrada como Requisição de Pequeno Valor (RPV), decorridos 70 dias contínuos da entrega da respectiva requisição à autoridade municipal, o prazo para pagamento escoou in albis (sem qualquer manifestação ou depósito por parte da edilidade). Assim, o credor peticionou ao juiz da causa alegando ter sido ultrapassado o prazo de pagamento e requereu ao juiz da execução a penhora de um bem imóvel do Município, que está subutilizado, ou, subsidiariamente, o bloqueio do montante devido diretamente nas contas do ente público.

Considerando o cenário narrado, assinale a afirmativa que apresenta o correto enquadramento jurídico a ser adotado pela Procuradoria do Município:

(A) O Presidente do Tribunal de Justiça possui competência para determinar o sequestro de verbas municipais em caso de atraso no repasse orçamentário global, como no primeiro caso narrado.

(B) Diante do inadimplemento injustificado de uma Requisição de Pequeno Valor (RPV), é facultado ao credor promover a penhora dos bens imóveis dominicais da edilidade, desde que devidamente fundamentada a escolha e especificado o bem, como na hipótese do segundo caso narrado.

(C) O sequestro de verbas públicas do Município é medida excepcionalmente admitida pelo ordenamento jurídico, a exemplo da hipótese do segundo caso narrado.

(D) O prazo para pagamento da Requisição de Pequeno Valor (RPV) no âmbito municipal é de 60 dias úteis, aplicando-se a contagem de prazos em dobro da Fazenda Pública. Assim, no segundo caso, não se pode falar, ainda, em atraso.

Questão 24

(Correta: C)

Acerca do microssistema de precedentes obrigatórios e do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), assinale a alternativa correta.

(A) O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) é cabível quando o julgamento envolver relevante questão de direito, com grande interesse público, mas sem repetição em múltiplos processos.

(B) O efeito suspensivo decorrente da admissão do IRDR atinge apenas os processos em fase de conhecimento, não possuindo o condão de obstar o prosseguimento de execuções fiscais que versem sobre a mesma matéria de direito controvertida.

(C) O Município, por meio de sua Procuradoria Geral, possui legitimidade para suscitar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) perante o Tribunal de Justiça em matérias tributárias de massa.

(D) O julgamento do mérito do IRDR pelo Tribunal de Justiça possui caráter consultivo e persuasivo, servindo de orientação para casos futuros.

Questão 25

(Correta: C)

No âmbito de uma Procuradoria Municipal, um assessor jurídico foi designado para elaborar um relatório analítico sobre os parâmetros da responsabilidade civil do Estado, pretensões de ressarcimento e prazos prescricionais, a fim de orientar a atuação da Administração local. Analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

(__)As ações de reparação civil por danos comuns fundadas no direito privado sujeitam-se ao prazo prescricional trienal do Código Civil.

(__)Prescreve em dez anos, nos termos da regra geral do Código Civil, a pretensão do Município de aplicar penalidades contratuais a empresas terceirizadas por descumprimento de obrigações em contratos administrativos.

(__)O direito de regresso do Município contra o servidor público culpado por acidente automobilístico prescreve em cinco anos, aplicando-se por simetria o prazo previsto no Decreto nº 20.910/1932.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, F, V, V.
(B) V, V, F, F.
(C) V, V, F, V.
(D) F, V, F, V.

Questão 26

(Correta: B)

Situação Hipotética: A Procuradoria Geral do Município Beta foi consultada pelo Prefeito em razão de uma complexa situação envolvendo uma associação de moradores local. A questão envolve uma extensa gleba de terras públicas que, no plano diretor de macrozoneamento urbano de 1995, havia sido formalmente afetada como bem de uso especial para a futura construção de um complexo hospitalar regional. Contudo, em virtude de sucessivas restrições orçamentárias, as obras nunca foram iniciadas e o imóvel permaneceu abandonado, cercado apenas por vegetação nativa e sem vigilância ativa por mais de vinte anos. Aproveitando-se do desuso do terreno, a associação de moradores ocupou a área em 2005, edificando moradias de alvenaria de forma mansa e pacífica.

A associação atualmente aduz que o longo decurso do tempo sem destinação pública específica operou uma desafetação fática ou tácita, convertendo o imóvel em bem dominical. Diante disso, pretende o reconhecimento de usucapião extraordinária urbana. Paralelamente, o Prefeito, pretendendo resolver o conflito habitacional por vias de mercado e incrementar a arrecadação da receita de capital, consultou a assessoria jurídica sobre a possibilidade de anunciar e vender o imóvel.

Considerando o cenário narrado, assinale a afirmativa que apresenta o correto enquadramento jurídico a ser adotado pela Procuradoria do Município:

(A) Por se tratar de um bem de titularidade do Município, sendo o Prefeito o Chefe do Poder Executivo local, é possível que ele realize a venda do imóvel nas atuais condições pretendidas por ele, desde que seja ofertado o direito de preferência para a associação de moradores.

(B) Os bens públicos de qualquer natureza, inclusive os dominicais, são insuscetíveis de usucapião, de modo que a ocupação pela associação de moradores configura mera detenção decorrente de ato de tolerância.

(C) Não há se falar em desafetação fática ou tácita, como pretendido pela associação de moradores, já que a desafetação de um bem público exige ato legislativo formal e expresso da Câmara de Vereadores.

(D) Os bens dominicais, por não possuírem uma destinação pública determinada, perdem os atributos da inalienabilidade e da imprescritibilidade, estando o município sujeito à perda do bem para a associação de moradores diante da potencial aquisição por usucapião extraordinária, uma vez que reste comprovada a posse mansa e pacífica por mais de quinze anos.

Questão 27

(Correta: D)

No setor de contencioso de uma Procuradoria Municipal, o assessor jurídico recebeu uma intimação eletrônica referente a uma ação ordinária movida contra o ente público. Ao analisar os prazos processuais e o regime de comunicações dos atos, verificou a necessidade de examinar as prerrogativas da Fazenda Pública em juízo aplicáveis ao caso, conforme o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos Tribunais Superiores. Considerando as prerrogativas processuais da Fazenda Pública, analise as assertivas:

I.Iniciada a intimação por meio de portal eletrônico, o prazo para a Fazenda Pública municipal flui a partir da data de envio da mensagem ao sistema, independentemente de consulta.

II.O prazo em dobro da Fazenda Pública municipal aplica-se a todos os procedimentos judiciais, incluindo o prazo para interposição de reclamação constitucional ou de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.

III.Os Municípios e suas respectivas autarquias gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem se inicia a partir da intimação eletrônica realizada em portal próprio, ressalvados os casos em que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio e preclusivo para a Fazenda Pública.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas o item I está correto.
(B) Apenas o item II está correto.
(C) Apenas os itens II e III estão corretos.
(D) Apenas o item III está correto.

Direito Processual Penal e Direito Penal

Questão 28

(Correta: A)

No setor de tecnologia e segurança da informação de um município, o responsável pela auditoria interna recebeu um relatório sobre acessos suspeitos a sistemas corporativos. Ao analisar as condutas praticadas por servidores municipais, verificou a necessidade de examinar sua tipicidade penal à luz dos crimes contra a Administração Pública, conforme previsto na doutrina e na legislação aplicável. Considerando os crimes contra a Administração Pública e a alteração de dados em sistemas informatizados, analise as assertivas:

I.Amolda-se ao crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (Art. 313-B do CP) a conduta do funcionário que, embora autorizado, altera ou exclui indevidamente dados corretos de IPTU contidos no banco de dados da Administração Pública municipal.

II.O crime de inserção de dados falsos em sistema de informações (Art. 313-A do CP) consuma-se independentemente da ocorrência de prejuízo material efetivo.

III.O crime de inserção de dados falsos em sistema de informações (Art. 313-A do CP) exige expressamente especial fim de agir, qual seja, causar dano ou obter vantagem indevida.

Assinale a alternativa correta.

(A) Apenas os itens II e III estão corretos.
(B) I, II e III estão corretos.
(C) Apenas o item I está correto.
(D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 29

(Correta: B)

No âmbito da administração municipal, um assessor jurídico foi designado para orientar a comissão de contratação sobre os crimes em licitações e contratos administrativos previstos no Código Penal, com as alterações da Lei nº 14.133/2021. Analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso.

(__)Para a configuração do crime de contratação direta ilegal (art. 337-E do Código Penal), praticado no âmbito da gestão municipal, é indispensável a comprovação do dolo específico de causar dano ao erário, além da demonstração do efetivo prejuízo aos cofres públicos.

(__)O crime de contratação direta ilegal (art. 337-E do Código Penal) é classificado como de mera conduta, bastando para a sua consumação a dispensa ou inexigibilidade de licitação fora das hipóteses legais, presumindo-se o prejuízo à municipalidade pela não realização do certame, por vulnerar a economicidade ao impedir o certame para seleção de melhor proposta.

(__)O Prefeito que realiza contratação direta ilegal pode responder pelo crime do art. 337-E do Código Penal na modalidade culposa, caso seja demonstrado que agiu com negligência ou imperícia na conferência dos pareceres jurídicos que instruíram o processo administrativo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

(A) F, V, V.
(B) V, F, F.
(C) F, V, F.
(D) F, F, V.

Questão 30

(Correta: C)

No último ano de seu mandato, o Prefeito do Município Beta realizou uma série de contratações de serviços de pavimentação urbana. Diante do encerramento do período eletivo, a oposição e os órgãos de controle interno questionaram a legalidade de tais gastos perante a Procuradoria Geral do Município, sob a alegação de que as despesas comprometeriam a próxima gestão. Instado a se manifestar por meio de parecer sobre a conformidade penal das condutas dos gestores públicos à luz dos crimes contra as finanças públicas, o Procurador Municipal deve assinalar a alternativa correta.

(A) Se a despesa contraída pelo Prefeito tiver sido precedida de autorização por meio de lei orçamentária votada pela Câmara Municipal, a tipicidade do crime do art. 359-C do CP estará automaticamente afastada.

(B) O crime de assunção de obrigação no último ano de mandato (art. 359-C do CP) aplica-se a qualquer ato que gere despesa ao Município efetuado ao longo do último semestre do mandato.

(C) Configura o crime de "Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura", previsto no art. 359-C do Código Penal, a conduta do Prefeito que ordena ou autoriza a assunção de obrigação nos últimos dois quadrimestres do seu mandato eletivo, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, não haja suficiente disponibilidade de caixa.

(D) O crime de "Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura", previsto no art. 359-C do Código Penal, exige, para sua consumação, a comprovação de que o Prefeito agiu com a finalidade específica de enriquecimento ilícito ou desvio patrimonial em proveito próprio.

Questão 31

(Correta: B)

À luz da Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) aplicada ao âmbito fiscalizatório da Administração Municipal, assinale a alternativa correta.

(A) Os Fiscais de Posturas e de Tributos do Município, por exercerem funções de natureza eminentemente administrativas, não se sujeitam às sanções penais da Lei de Abuso de Autoridade, uma vez que não estão inseridos no rol de autoridades previsto pela Lei nº 13.869/2019.

(B) Para haver crime de abuso de autoridade é imprescindível a demonstração de que a autoridade tenha agido com a finalidade específica de prejudicar alguém, de beneficiar a si ou a terceiro, ou, ainda, que tenha agido por mero capricho ou satisfação pessoal, ainda que ela tenha exigido o cumprimento de obrigação sem expresso amparo legal ou que obtido prova, em procedimento de fiscalização, por meio manifestamente ilícito.

(C) A autoridade que decretar medida de interdição de atividade comercial de forma motivada, visando à proteção sanitária da população, pode se enquadrada no crime se o ato for posteriormente anulado pelo Poder Judiciário por vício formal.

(D) A interdição de um estabelecimento comercial fora das hipóteses legais configura crime de abuso de autoridade, por violar a liberdade econômica e gerar graves prejuízos ao prejudicado, ainda que a interdição tenha se baseado em divergência na interpretação de eventuais leis ou de regulamentos administrativos municipais.

Questão 32

(Correta: C)

Em decorrência de auditoria interna realizada pela Controladoria-Geral do Município, constatou-se que um servidor ocupante de cargo em comissão desviou verbas públicas destinadas à compra de insumos hospitalares. Diante dos fatos, o Ministério Público instaurou inquérito civil e procedimento investigatório criminal. Sabendo que o investigado manifestou interesse em colaborar com a Justiça penal para encerrar a persecução sem o ajuizamento de ação penal, o Procurador Municipal, ao ser questionado sobre o interesse do ente público no ressarcimento e na aplicação dos institutos despenalizadores, deve assinalar a alternativa correta.

(A) Para fins de aferição do limite punitivo exigido para o cabimento do ANPP, deve-se considerar a pena máxima cominada em abstrato ao delito, razão pelo qual não seria cabível o ANPP para o crime do enunciado.

(B) Os crimes praticados por servidores públicos contra a Administração Pública Municipal, como o do caso descrito, encontram-se elencados no rol de vedações para a concessão do ANPP no texto do Código de Processo Penal, em virtude do princípio da moralidade administrativa.

(C) É cabível a celebração de ANPP em crimes funcionais, como o do caso descrito, exigindo-se, contudo, como condição cumulativa obrigatória, que o investigado repare integralmente o dano ou restitua a coisa à municipalidade, salvo impossibilidade de fazê-lo.

(D) O Ministério Público pode dispensar o investigado da reparação do dano ao erário como condição do ANPP se restar demonstrado que as demais condições impostas no acordo se mostram suficientes.

Direito Tributário, Financeiro e Orçamentário

Questão 33

(Correta: D)

A Procuradoria-Geral do Município Beta depara-se com um acervo de milhares de certidões de dívida ativa (CDAs) referentes a débitos antigos de IPTU e ISS, cujos valores consolidados por contribuinte não ultrapassam R$ 5.000,00. Sabendo do custo operacional de cada processo judicial, o Procurador-Geral designou uma equipe para avaliar a viabilidade de ajuizamento dessas demandas e a regularidade dos processos de pequeno valor que já se encontram em trâmite no Poder Judiciário. Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.184 da Repercussão Geral, assinale a alternativa correta sobre a atuação do Município e do Poder Judiciário:

(A) O Poder Judiciário está impedido de extinguir de ofício as execuções fiscais de baixo valor em andamento, sendo obrigatória a prévia anuência do Município para a configuração da falta de interesse de agir processual.

(B) Caso o Município já possua execuções fiscais de baixo valor em trâmite, o juiz deverá extingui-las de plano, sendo vedada a suspensão do processo para a adoção das medidas voltadas à conciliação, que devem ser adotas previamente ao processo.

(C) O ajuizamento de novas execuções fiscais pelo Município prescinde de qualquer providência prévia extrajudicial, uma vez que o princípio do livre acesso à justiça impede o condicionamento da ação judicial ao protesto do título.

(D) É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor, por ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, desde que respeitada a competência constitucional de cada ente federado para definir seus parâmetros.

Questão 34

(Correta: C)

No âmbito de uma Secretaria de Finanças Municipal, um auditor fiscal foi designado para realizar um treinamento interno, a fim de orientar novos servidores sobre as regras constitucionais da competência tributária do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)O imposto municipal sobre serviços compreende, de forma irrestrita, os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

(__)Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

(__)A Constituição Federal determina que compete privativamente aos Estados instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza, repassando metade da arrecadação aos Municípios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) F, F, V.
(B) V, F, V.
(C) F, V, F.
(D) V, V, F.

Questão 35

(Correta: C)

A respeito das taxas municipais instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia, assinale a alternativa correta.

(A) A taxa de polícia municipal exige, para a sua regular cobrança, a demonstração por parte do fisco da realização de diligência fiscalizatória individualizada e física em cada contribuinte no respectivo exercício financeiro.

(B) Ofende o princípio da tipicidade e a vedação de identidade de base de cálculo o fato de o Município utilizar a área útil do imóvel para balizar a taxa de licença e funcionamento, visto que tal critério é de exclusividade absoluta do IPTU.

(C) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal (Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF) calculada com base na área ocupada pelo estabelecimento comercial ou pelo número de funcionários, desde que haja presença do órgão administrativo estruturado e em funcionamento voltado a tal fiscalização.

(D) A extinção do órgão municipal de vigilância sanitária local não impede a continuidade da cobrança da taxa respectiva, desde que haja previsão orçamentária para a reestruturação do serviço em até dois exercícios financeiros subsequentes.

Questão 36

(Correta: B)

No que diz respeito aos créditos adicionais no orçamento público municipal e suas respectivas fontes de custeio, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964, analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)Entende-se por excesso de arrecadação, para fins de abertura de créditos adicionais, o saldo positivo das receitas previstas em relação às despesas efetivamente empenhadas no encerramento do respectivo trimestre fiscal.

(__)Os créditos extraordinários destinam-se a despesas imprevistas e urgentes, dependendo de prévia autorização legislativa e da indicação formal de excesso de arrecadação antes da edição do respectivo decreto executivo.

(__)Os créditos suplementares e especiais dependem da

existência de recursos disponíveis para fazer face à despesa e devem ser precedidos de exposição justificativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, F, V.
(B) F, F, V.
(C) V, F, F.
(D) V, V, F.

Questão 37

(Correta: A)

Conforme o que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) sobre a obrigação tributária, analise as assertivas:

I.A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

II.A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto exclusivo o pagamento de tributo.

III.A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação.

Marque a alternativa correta acerca dos itens acima.

(A) Apenas o item I está correto.
(B) Apenas o item III está correto.
(C) Apenas o item II está correto.
(D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 38

(Correta: A)

No que tange à responsabilidade tributária por redirecionamento e à dissolução irregular da pessoa jurídica em sede de execução fiscal municipal, assinale a alternativa correta.

(A) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente com poderes de administração à época da dissolução.
(B) O inadimplemento da obrigação de recolher o ISSQN ou o IPTU por parte da pessoa jurídica é causa suficiente e autônoma para ensejar o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios cotistas da empresa.
(C) Caso a empresa mude de endereço sem avisar a Secretaria de Finanças do Município, cabe à municipalidade o ônus de provar o dolo específico dos sócios em fraudar o fisco antes de requerer o redirecionamento.
(D) O redirecionamento da execução fiscal municipal pode ser voltado contra qualquer sócio que componha o quadro social da empresa devedora, sendo irrelevante se este exercia ou não funções de gerência ou diretoria no momento da constatação do encerramento das atividades.

Questão 39

(Correta: D)

No tocante ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), assinale a alternativa correta.

(A) O processamento da fiscalização e o lançamento de ofício do ISSQN de empresas optantes pelo Simples Nacional competem exclusivamente à Secretaria da Receita Federal do Brasil, vedado ao fiscal de tributos municipais lavrar autos de infração diretamente contra essas entidades.
(B) A exclusão de ofício de uma microempresa do regime do Simples Nacional operada pelo Município produz efeitos retroativos automáticos à data de abertura da empresa, anulando os pagamentos unificados realizados no período.
(C) O recolhimento unificado efetuado por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) engloba o ITBI incidente sobre as transmissões imobiliárias realizadas pela microempresa no exercício de suas atividades.
(D) O Município possui competência administrativa para proceder à exclusão, de ofício, de contribuinte optante pelo Simples Nacional quando constatada a existência de débitos tributários exigíveis perante a Fazenda Pública Municipal referentes ao ISSQN ou ao IPTU.

Questão 40

(Correta: C)

Conforme as normas da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) relativas aos limites com despesas de pessoal no Poder Executivo Municipal, assinale a alternativa correta.

(A) Findo o prazo legal sem que a despesa total com pessoal tenha retornado ao limite, o Município poderá receber normalmente transferências voluntárias e obter garantias de outro ente.
(B) O limite máximo absoluto de gastos com despesa total com pessoal para o Município é de 60% da Receita Corrente Líquida, sendo esse percentual integralmente destinado às ações do Poder Executivo local.

(C) Se a despesa total com pessoal do Poder Executivo ultrapassar 95% do seu limite máximo (limite prudencial), fica vedada, dentre outras medidas, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvada a revisão geral anual prevista na Constituição e as sentenças judiciais.

(D) Ao atingir o limite de alerta (90% do limite máximo), o Poder Executivo Municipal fica impedido de realizar a contratação de horas extraordinárias nas áreas de atuação municipal.

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

Questão 41

(Correta: A)

Uma empresa de tecnologia contratou um profissional para prestar serviços de manutenção de sistemas. Durante a execução das atividades, verificou-se que o trabalhador atuava pessoalmente, recebia remuneração mensal fixa, seguia ordens do gerente quanto ao modo de execução e ao horário das tarefas e prestava serviços de forma contínua. Embora o contrato previsse prestação autônoma de serviços, a realidade fática revelou situação diversa.

À luz da Consolidação das Leis do Trabalho e do princípio da primazia da realidade, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A presença dos requisitos legais autoriza reconhecer a relação de emprego.

(B) O vínculo empregatício exige exclusividade na prestação dos serviços.

(C) A continuidade, isoladamente, caracteriza relação de emprego.

(D) O contrato escrito de prestação de serviços impede o reconhecimento do vínculo.

Questão 42

(Correta: D)

Durante treinamento promovido pelo setor de recursos humanos de uma empresa, os empregados receberam orientações sobre regras relacionadas à jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário, trabalho noturno e descanso semanal remunerado. Ao final da capacitação, foram apresentadas algumas afirmações para verificar a compreensão dos participantes sobre os direitos assegurados pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)O trabalho extraordinário, em regra, deve ser remunerado com adicional de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal.

(__)O trabalho noturno urbano é aquele prestado entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.

(__)O descanso semanal remunerado deve ocorrer, obrigatoriamente, aos domingos, sem qualquer exceção prevista em lei.

Assinale a alternativa CORRETA, de cima para baixo.

(A) F, V, V.

(B) V, F, F.

(C) V, F, V.

(D) V, V, F.

Questão 43

(Correta: C)

Durante curso de atualização sobre jurisdição trabalhista, servidores analisaram a competência material da Justiça do Trabalho prevista na Constituição Federal. O instrutor explicou que esse ramo do Poder Judiciário processa e julga ações oriundas da relação de trabalho, observados os limites constitucionais.

Asserção (A)

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, nos termos da Constituição Federal.

PORQUE

Razão (R)

A competência material da Justiça do Trabalho abrange controvérsias decorrentes da relação de trabalho, observadas as hipóteses previstas na Constituição Federal.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A asserção é falsa, e a razão é verdadeira.

(B) A asserção é verdadeira, e a razão é falsa.

(C) As assertivas A e R são verdadeiras, mas a razão não justifica a asserção.

(D) As assertivas A e R são verdadeiras, e a razão justifica corretamente a asserção.

Questão 44

(Correta: A)

Um empregado foi dispensado sem justa causa após oito anos de contrato de trabalho. Durante a homologação da rescisão, o setor de recursos humanos analisou as parcelas devidas, os efeitos do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e os direitos relacionados ao FGTS. Diante das dúvidas apresentadas pelo trabalhador, a empresa solicitou conferência jurídica das verbas rescisórias aplicáveis à modalidade de desligamento.

Analise as assertivas:

I.Na dispensa sem justa causa, o empregado faz jus ao aviso prévio, observadas as regras legais sobre sua proporcionalidade.

II.O décimo terceiro salário proporcional pode ser devido

na rescisão contratual, conforme a hipótese de desligamento.

III.A dispensa sem justa causa assegura, preenchidos os requisitos legais, o levantamento dos depósitos do FGTS e o pagamento da indenização compensatória prevista em lei.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II e III.
(B) I e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.

Questão 45

(Correta: A)

Durante curso de aperfeiçoamento promovido pela Escola Judicial, magistrados e servidores participaram de atividade destinada ao estudo dos principais recursos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Ao final da exposição, o instrutor propôs um exercício de associação entre cada recurso e sua finalidade, com o objetivo de verificar o domínio dos participantes sobre os meios de impugnação das decisões judiciais no processo do trabalho.

Coluna I – Recurso

1.Recurso Ordinário.

2.Agravo de Petição.

3.Embargos de Declaração.

4.Agravo de Instrumento.

Coluna II – Finalidade

(__)Destina-se a impugnar decisão denegatória de seguimento de recurso.

(__)Destina-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

(__)É cabível, em regra, contra decisões proferidas na fase de execução.

(__)Constitui o recurso ordinariamente utilizado para impugnar sentenças definitivas ou terminativas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) 4, 3, 2, 1.
(B) 3, 2, 1, 4.
(C) 2, 4, 3, 1.
(D) 4, 1, 2, 3.

Direito Urbanístico

Questão 46

(Correta: D)

Conforme as diretrizes da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)A Outorga Onerosa do Direito de Construir possui natureza jurídica tributária de taxa, cujo fato gerador é o regular exercício do poder de polícia sobre o espaço aéreo ou terrestre, prescindindo de previsão no Plano Diretor caso haja lei municipal ordinária específica instituidora.

(__)Os recursos obtidos com a alienação do potencial construtivo pela outorga onerosa ingressam no caixa geral do Município como receita corrente livre, permitindo sua livre aplicação no pagamento de pessoal e despesas de custeio administrativo.

(__)O Plano Diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico, acima do qual o direito de construir poderá ser exercido mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, devendo os recursos auferidos ser aplicados em finalidades específicas previstas em lei.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) V, F, V.
(B) F, V, V.
(C) V, V, F.
(D) F, F, V.

Questão 47

(Correta: D)

Considerando o instituto da Transferência do Direito de Construir (TPC) como um dos instrumentos da política urbana municipal, assinale a alternativa correta.

(A) Uma vez exercida a transferência do potencial construtivo para outro imóvel receptor, o imóvel de origem deve ser desapropriado pelo Município, integrando-se de forma definitiva ao patrimônio público imobiliário.
(B) A aplicação prática da Transferência do Direito de Construir opera-se por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo, prescindindo de previsão ou autorização em lei municipal específica, haja vista sua fundamentação direta na Constituição Federal.
(C) O instituto da transferência do potencial construtivo é aplicável unicamente a imóveis de propriedade de entes públicos, sendo vedada a sua concessão, fruição ou comercialização por proprietários particulares, por se tratar de instrumento voltado à utilidade pública e interesse social.
(D) O proprietário de imóvel urbano pode ser autorizado pelo Poder Público municipal a exercer em outro local, ou alienar mediante escritura pública, o potencial construtivo não utilizado no lote originário quando este imóvel for considerado necessário para fins de preservação histórica, cultural ou ambiental.

Questão 48

(Correta: D)

A respeito das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), conforme a disciplina fixada no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta.

(A) A emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção dispensa a aprovação de lei municipal específica para a Operação Urbana Consorciada, bastando autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e decreto do Prefeito delimitando o perímetro da intervenção.

(B) Os recursos obtidos com a venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção integram o caixa geral da fazenda pública municipal, podendo ser aplicados em obras de infraestrutura, independentemente do perímetro da operação.

(C) O potencial adicional de construção conferido pelos Certificados de Potencial Adicional de Construção pode ser exercido com prevalência sobre as restrições de altura, recuo e volumetria fixadas na lei específica que instituiu a operação.

(D) Os Certificados de Potencial Adicional de Construção são valores mobiliários utilizados como instrumento de captação de recursos no mercado financeiro, emitidos pelo Município e vinculados exclusivamente ao financiamento das intervenções previstas na respectiva Operação Urbana Consorciada.

Questão 49

(Correta: B)

Situação Hipotética: A Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município Beta instaurou um procedimento administrativo para revisar as diretrizes de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras no território local, bem como para estruturar mecanismos de incentivo fiscal a indústrias que adotarem tecnologias limpas. Durante as reuniões técnicas, surgiram divergências entre os assessores jurídicos quanto à exata delimitação dos conceitos legais, à competência dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e à aplicação das penalidades previstas na legislação federal. O Procurador do Município responsável pela pasta foi convocado para emitir um parecer conclusivo, dirimindo as dúvidas à luz da legislação de regência. Considerando o cenário narrado e as disposições expressas da Lei Federal nº 6.938/1981, assinale a afirmativa que apresenta o correto enquadramento jurídico a ser adotado pela Procuradoria:

(A) No âmbito das penalidades disciplinares por infrações à PNMA, a sanção de suspensão parcial ou total de atividades é de competência exclusiva do órgão federal do SISNAMA, sendo vedada a sua aplicação de forma direta e imediata pelos órgãos ambientais municipais, ainda que o ente municipal possua convênio específico.

(B) Considera-se poluente toda e qualquer degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, ou que lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

(C) O Conselho de Governo é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

(D) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, dependerão de prévio licenciamento ambiental, sendo que o decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da respectiva licença implica a concessão tácita e automática da autorização por decurso de prazo.

Questão 50

(Correta: B)

No que concerne ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para a concessão de licenças e autorizações urbanísticas, assinale a alternativa correta.

(A) Os documentos e relatórios integrantes do EIV são protegidos por sigilo comercial e industrial, sendo vedado dar publicidade aos relatórios ou disponibilizá-los para consulta de moradores antes da concessão da licença urbanística.

(B) O EIV tem por objetivo contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento quanto à qualidade de vida da população local, e sua elaboração não substitui nem dispensa a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) exigido pela legislação ambiental.

(C) A exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança aplica-se a todo e qualquer empreendimento econômico ou residencial em território urbano, não podendo lei municipal trazer isenções para empreendimentos e atividades que definir, sob pena de violação ao Estatuto.

(D) Por possuir natureza eminentemente ambiental, o EIV substitui plenamente o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) para fins de licenciamento municipal de grandes atividades poluidoras, unificando os procedimentos em nome da eficiência administrativa.

Direito Ambiental

Questão 51

(Correta: D)

No tocante ao processo administrativo ambiental e ao conflito de autos de infração, analise as afirmações abaixo:

I.Em caso de fiscalizações simultâneas pelo mesmo dano ambiental, o auto de infração lavrado pelo IBAMA

terá prevalência sobre as autuações promovidas pelos órgãos ambientais estaduais.

II.Diante de uma infração cometida em atividade licenciada pelo Município, o Estado e a União não possuem poder de polícia fiscalizatório, sendo incompetentes para emissão de qualquer auto de infração.

III.A lavratura de auto de infração pelo órgão ambiental estadual suspende o trâmite de processo administrativo de licenciamento que esteja ocorrendo perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

IV.Em caso de haver mais de um auto de infração emitido por diversas esferas federativas, prevalece o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão que detenha a atribuição originária de licenciamento ou autorização da atividade.

Assinale a alternativa que indica quais itens estão efetivamente corretos.

(A) Apenas os itens I e III estão corretos.
(B) Apenas o item III está correto.
(C) Apenas os itens II e IV estão corretos.
(D) Apenas o item IV está correto.

Questão 52

(Correta: B)

Considerando as competências municipais em matéria ambiental, assim como as normas atinentes ao licenciamento ambiental, assinale a afirmativa correta.

(A) Se um empreendimento de médio ou grande impacto estiver localizado integralmente dentro do território de um único município, a competência para o licenciamento será obrigatoriamente do órgão ambiental municipal.
(B) Os Municípios são competentes para promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, desde que possuam órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e composição paritária.
(C) Diante de eventual omissão do órgão estadual em definir expressamente o que é impacto de âmbito local, o Município fica impedido de realizar qualquer ato de licenciamento ambiental dentro de seu território.
(D) O critério de impacto local confere competência plena aos Municípios, bastando a previsão na Lei Orgânica Municipal.

Questão 53

(Correta: C)

Considerando o regramento das Áreas de Preservação Permanente (APP), assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)As restrições e delimitações de Áreas de Preservação Permanente previstas no Código Florestal aplicam-se exclusivamente às zonas rurais, ficando as zonas urbanas sujeitas apenas ao plano diretor local.

(__)Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos de meio ambiente, as leis municipais ou distritais que dispuserem sobre o uso e a ocupação do solo poderão estabelecer faixas marginais distintas das regras gerais para cursos d'água naturais, desde que observadas a realização de diagnóstico socioambiental e a não ocupação de áreas de risco de desastres.

(__)A flexibilização e a fixação de metragens diferenciadas para faixas marginais de cursos d'água em área urbana consolidada dependem de ato normativo editado privativamente pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) F, V, V.
(B) V, F, V.
(C) F, V, F.
(D) V, F, F.

Questão 54

(Correta: A)

Caio adquiriu de boa-fé uma fazenda de gado e, após a imissão na posse, foi notificado pelo órgão ambiental para regenerar uma expressiva área de Mata Atlântica ilegalmente desmatada pelo antigo proprietário dez anos antes da venda. Inconformado, Caio argumentou que não deu causa à degradação e que a pretensão do Estado já estaria prescrita pelo decurso do tempo. Diante do cenário exposto e das normas que regem a tutela civil do meio ambiente, assinale a afirmativa que reflete a correta solução jurídica para o caso.

(A) A obrigação de recuperar a degradação ambiental possui natureza propter rem e solidária, o que autoriza a responsabilização do atual adquirente do imóvel ainda que este não tenha dado causa ao dano.
(B) A responsabilidade civil por danos ambientais adota a teoria do risco administrativo, dispensado a demonstração de culpa ou dolo do agente causador para ensejar o dever de indenizar.
(C) Aplica-se o prazo prescricional quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/1932 para as ações civis públicas que buscam a reparação pecuniária por degradação ao meio ambiente.
(D) O terceiro adquirente de boa-fé que comprou o imóvel já desmatado fica isento de qualquer obrigação de recomposição florestal, restando à Administração Pública demandar regressivamente o proprietário originário que efetuou o dano.

Questão 55

(Correta: A)

No setor de fiscalização ambiental de um município, o agente fiscal recebeu um processo administrativo referente à destinação final e ao gerenciamento de resíduos de uma grande rede de comércios locais. Ao analisar a documentação e as condutas praticadas pelas empresas envolvidas, verificou a necessidade de examinar as responsabilidades, obrigações e proibições conforme previsto na legislação aplicável. Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), analise as assertivas:

I.A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos exime completamente os consumidores e cidadãos comuns de qualquer obrigação de devolução de produtos ou embalagens após o uso.

II.O titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é o responsável exclusivo por estruturar e operacionalizar o sistema de logística reversa de pilhas e baterias pós-consumo.

III.Os geradores de resíduos sólidos comerciais ou de prestação de serviços que gerem resíduos que, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal, são responsáveis pelo seu gerenciamento.

Assinale a alternativa que indica a correta análise dos itens acima.

(A) Apenas o item III está correto.
(B) I, II, III estão corretos.
(C) Apenas os itens II e III estão corretos.
(D) Apenas o item I está correto.

Legislação Municipal

Questão 56

(Correta: D)

No que concerne aos prazos regulamentares e aos efeitos jurídicos específicos relativos à posse e ao início do exercício do servidor público, segundo o Estatuto de Itupeva (Lei Complementar nº 387/2015), assinale a alternativa correta.

(A) A posse deverá se verificar no prazo de 10 dias contados da publicação oficial do ato de provimento, sendo o servidor sumariamente exonerado se ela não ocorrer; já o servidor que não entrar em exercício no prazo legal terá sua nomeação tornada sem efeito.
(B) A posse deverá se verificar no prazo de 30 dias contados da publicação oficial do ato de provimento, sendo o ato de nomeação sumariamente tornado sem efeito se ela não ocorrer; já o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será sumariamente exonerado.
(C) A posse deverá se verificar no prazo de 15 dias úteis contados da publicação oficial do ato de provimento, sendo o ato de nomeação sumariamente tornado sem efeito se ela não ocorrer; já o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será sumariamente exonerado.
(D) A posse deverá se verificar no prazo de 10 dias contados da publicação oficial do ato de provimento, sendo o ato de nomeação sumariamente tornado sem efeito se ela não ocorrer; já o servidor que não entrar em exercício no prazo legal será sumariamente exonerado.

Questão 57

(Correta: D)

No que concerne às regras de afastamento, licença e ausência do Prefeito e do Vice-Prefeito estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Itupeva, analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__)O Prefeito e o Vice-Prefeito podem ausentar-se do Município por qualquer período sem necessidade de licença da Câmara Municipal, desde que a ausência seja motivada por interesse pessoal e dure menos de 30 dias.

(__)O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a 15 dias, tendo o Prefeito licenciado por motivo de doença ou missão de representação direito ao subsídio e à verba de representação.

(__)Em caso de licença quando a serviço ou em missão de representação do Município, o Prefeito fica dispensado de apresentar relatório circunstanciado à Câmara Municipal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, V, F.
(B) V, F, F.
(C) F, F, V.
(D) F, V, F.

Questão 58

(Correta: A)

No tocante ao processo de emenda à Lei Orgânica do Município de Itupeva, assinale a alternativa correta.

(A) A proposta de emenda será votada em dois turnos, observando-se o interstício de 10 dias entre a realização do primeiro e do segundo turnos, e será aprovada quando obtiver em ambos o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
(B) O interstício mínimo obrigatório entre a realização do primeiro e do segundo turno de votação de uma proposta de emenda à Lei Orgânica é de 15 dias úteis.

(C) Caso a matéria de uma proposta de emenda à Lei Orgânica seja rejeitada ou havida por prejudicada, ela poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que assinada pela maioria absoluta.

(D) A iniciativa para propor emendas à Lei Orgânica cabe exclusivamente ao Prefeito, sendo vedada a apresentação de propostas por parte dos integrantes do Poder Legislativo.

Questão 59

(Correta: D)

No que tange à reorganização da estrutura administrativa do Poder Executivo de Itupeva, sobre especificamente as regras e o regime jurídico aplicáveis ao cargo de Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal dispostos na Lei Complementar nº 551/2024, assinale a alternativa correta.

(A) O mandato do Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal deverá coincidir obrigatoriamente com o mandato do Prefeito para garantir o alinhamento político e institucional da corporação armada.

(B) O Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal exercerá um mandato fixo de 2 anos, sendo admitida a sua exoneração motivada apenas em caso de término do período da gestão do Prefeito.

(C) O cargo de Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal é de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração ad nutum, podendo ser preenchido por qualquer pessoa estranha aos quadros de carreira da corporação.

(D) O Corregedor Geral da Guarda Civil Municipal ocupará função de confiança provida privativamente por servidor de carreira e estável, com nível superior completo, nomeado pelo Prefeito para mandato de 3 anos, o qual não deverá coincidir com o mandato do Prefeito.

Questão 60

(Correta: D)

Conforme as disposições preliminares do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Itupeva (Lei Complementar nº 387/2015), o percentual mínimo obrigatório do quadro de cargos em comissão e funções de confiança a ser preenchido por servidores efetivos e a respectiva regra de cálculo configuram-se de forma específica. Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Itupeva, analise as assertivas:

I.Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do quadro de pessoal, de cargos em comissão e funções de confiança, será obrigatoriamente preenchido por ocupantes de cargo, função ou emprego de provimento efetivo, excetuando-se do cálculo os cargos de agente político.

II.Pelo menos 30% (trinta por cento) do quadro de pessoal, de cargos em comissão e funções de confiança, será obrigatoriamente preenchido por ocupantes de cargo, função ou emprego de provimento efetivo, excetuando-se do cálculo os cargos de agente político.

III.Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do quadro de pessoal, de cargos em comissão e funções de confiança, será obrigatoriamente preenchido por ocupantes de cargo, função ou emprego de provimento efetivo, incluindo-se no somatório os cargos de agente político.

Marque a alternativa que indica corretamente se as afirmativas acima refletem as disposições da Lei Complementar nº 387/2015.

(A) Apenas o item III reflete corretamente as disposições da Lei Complementar nº 387/2015.

(B) Nenhum dos itens reflete corretamente as disposições da Lei Complementar nº 387/2015.

(C) Apenas o item II reflete corretamente as disposições da Lei Complementar nº 387/2015.

(D) Apenas o item I reflete corretamente as disposições da Lei Complementar nº 387/2015.

DISCURSIVA

⚠ LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova discursiva consistirá em uma 1 (uma) Peça Profissional, e destinar-se-á a avaliar o domínio do conteúdo dos temas abordados, baseada em tópicos do conteúdo programático para Procurador. A prova discursiva deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 40 (quarenta) linhas. Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.

Conforme previsto no edital de abertura, será atribuída nota **ZERO** à discursiva que:

a) Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
b) Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
c) Contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, nas linhas destinadas à transcrição do texto e suas extremidades;
d) Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
e) Estiver em branco;
f) Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
g) For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
h) Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
i) Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas;
j) For redigida em língua diversa daquela solicitada.

Observe, ainda:

1. O rascunho da prova discursiva deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, NÃO será avaliado;
2. O candidato **NÃO** poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
3. A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
4. A prova discursiva **NÃO** deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
5. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas;
6. A Folha de Respostas Definitivas conterá um cartão numerado e destacável. Este cartão numerado será destacado pelo fiscal, conforme demarcação, e entregue ao candidato;
7. Na Folha de Respostas Definitivas, os campos destinados aos dados identificadores do candidato são de uso exclusivo para o controle interno do IDCAP, sendo estes suprimidos para o processo de correção.

DISCURSIVA

Questão 01

(Correta: A)

A Secretaria Municipal de Ordem Pública recebeu denúncia anônima informando que a sociedade empresária "Noite Mais Feliz Ltda." realizava obra de ampliação de um galpão comercial, além de promover eventos noturnos com grande número de pessoas e som em alto volume durante toda a madrugada. Diante disso, fiscais de posturas do Município apuraram que o imóvel carecia de licença urbanística e ambiental e, então, compareceram ao local e constataram in loco as irregularidades. Na ocasião, aplicaram imediatamente a sanção de multa e lavraram termo de interdição imediata do estabelecimento, determinando esvaziamento da festa e o embargo da obra.

A empresa impetrou Mandado de Segurança com pedido liminar contra o ato do Secretário, alegando que as penalidades e medidas restritivas impostas pela fiscalização municipal foram exageradas e que não seria possível o imediato esvaziamento do local. Pontuou que a aplicação violou os princípios do contraditório e da ampla defesa, haja vista a ausência de processo administrativo prévio. Sustentou, ainda, que a atuação administrativa seria irregular já que iniciada a partir de denúncia anônima, o que seria vedado constitucionalmente, e sem haver prévio procedimento administrativo. Registrou, também, que o Município exorbitou do seu poder de polícia ao interditar o local sem autorização judicial prévia, violando os direitos constitucionais atinentes à liberdade econômica e à livre concorrência, já que ocorreriam festas também em outros galpões da região.

O Secretário Municipal de Ordem Pública, preocupado com a repercussão que o processo pudesse causar na imagem da Prefeitura, encaminhou os autos à Procuradoria Geral do Município para que esta forneça os subsídios jurídicos necessários à defesa do ato em juízo.

Na condição de Procurador do Município, elabore o parecer jurídico competente, abordando fundamentadamente os seguintes aspectos questionados:

1.A (in)validade da deflagração da fiscalização;

2.Os atributos do poder de polícia e se a atuação imediata da fiscalização municipal foi legítima;

3.A (im)procedência das teses suscitadas e a (in)validade e da aplicação das sanções;

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	